

O neoliberalismo e as migrações de trabalho desportivo em Moçambique

Bonomar Adriano Macuácuca*

pp. 123-138


Introdução

As migrações têm sido uma área de estudo com crescente interesse e vêm assumindo relevância científica considerável no âmbito das ciências sociais. As migrações, regra geral, têm sido analisadas à luz da dimensão laboral, vertente esta entendida como sendo a sua principal força motriz. Por outras palavras, entende-se que a maior motivação para que as pessoas migrem seja a busca de trabalho para suplantar as carências e/ou desigualdades sociais.

Um pouco por toda a África, as independências nacionais revelaram grandes desafios para o desenvolvimento económico. Após as demais experiências assentes no papel económico do Estado, a alternativa para a materialização do desenvolvimento foi, em muitos países, a adesão às instituições de *Bretton Woods*. Em Moçambique, este facto significou o “termo” do *Welfare State* e, sobretudo, do Estado, não só na economia como em variadas vertentes da vida social, incluindo a desportiva. A liberalização da economia e o afastamento do Estado trouxeram uma maior abertura para a migração do trabalho desportivo, o que se repercutiu no declínio do seu sistema desportivo, traduzido na falência da maioria dos clubes e em maiores desafios para a democratização desportiva, entre outros. O presente estudo assenta numa perspetiva histórica, tendo privilegiado uma abordagem qualitativa, e, com base numa análise bibliográfica procura contribuir para o debate sobre o impacto da migração de trabalhadores desportivos em África em geral e Moçambique em particular. Neste texto, centramos a nossa análise sobre as migrações no âmbito do trabalho desportivo.

Um dos maiores catalisadores da migração de trabalho desportivo foi a consolidação do neoliberalismo. Iniciado na década de 1970 e consolidado na década de 1990, o liberalismo levou ao corte dos programas de bem-estar social, marcou o “fim” do *Welfare State* e foi o grande responsável pela alteração económica no sistema-mundo. O neoliberalismo criou as condições para o florescimento do “neocolonialismo desportivo”, levando à integração dos atletas africanos na economia global e à conseqüente “fuga de músculos”, regra geral em benefício dos países onde o desporto está mais desenvolvido. Contudo, defendemos igualmente, que este êxodo de “músculos”, sendo melhor enquadrado e/ou delineado a favor dos africanos, pode-se afigurar num significativo ganho de capital social e humano.

A migração de talentos desportivos africanos, também designada de “fuga de músculos”, tem suscitado uma visão pessimista, decorrente, por um lado, do processo migratório em si, e,

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afri36a8>

* Docente de História do Desporto - Escola Superior de Ciências do Desporto, Universidade Eduardo Mondlane (UEM - ESCIDE), Moçambique.

por outro, do facto de o mesmo ter gerado consequências funestas sobretudo nas nações africanas, inserindo-as num paradigma neocolonial. Assim sendo, a abordagem da migração do trabalho desportivo insere-se no debate mais amplo acerca do neocolonialismo e permite entender, analisar e/ou até mesmo explicar parte deste processo no âmbito da história de África e, mais concretamente, de Moçambique, desde o período colonial até à contemporaneidade. Nesta base, o presente estudo procura contribuir para o questionamento sobre o papel que África tem e/ou pode desempenhar a seu favor no concerto internacional.

Aliado à visão pessimista referida anteriormente, importa ressaltar um aspeto igualmente importante. Os estudos “similares” ao nosso têm sido efectuados sob o ponto de vista “pessimista”, pois assume-se que os clubes europeus servem-se da sua capacidade financeira para controlar a migração de trabalho desportivo e ditar os termos de troca a seu favor. Assim sendo, as pesquisas sobre este processo centram-se nestas práticas (neocoloniais) das instituições desportivas europeias (Esson, 2015). Nesta perspetiva, e ainda de acordo com este autor, as análises sobre as migrações de trabalho desportivo centram-se essencialmente em quatro aspetos¹: a modernização e imperialismo (cultural), na teoria do sistema-mundo, na teoria de dependência e no neocolonialismo, “ancorados” no neoliberalismo e na globalização. Deste modo, assume-se, por esta perspetiva, uma evidente hegemonia do desporto europeu. Como consequência deste facto, não se tem dado a devida atenção aos aspetos intrínsecos à África. Por outras palavras, os estudos sobre a migração de trabalho desportivo assentam numa perspetiva europeia e tendem a debruçar-se sobre as suas implicações na contemporaneidade (numa visão pessimista), sem tomar em consideração outros aspetos igualmente importantes, sobretudo os históricos, culturais e sociais subjacentes a este processo. Assim sendo, conforme veremos mais adiante, procuramos valorizar estes aspetos olhando para a sua correlação com a especificidade africana – este é, em nosso entender, o singelo contributo da nossa abordagem. Por fim, reiteramos que os africanos, sendo-o, não são apenas “vítimas” neste processo, porquanto podem beneficiar com ele, como o fizeram num contexto muito específico da sua história, o do período colonial.

No caso de Moçambique, entendemos que a análise da sua especificidade pode ser “aplicada”, em certa medida, a uma parte considerável dos países africanos, uma vez que, para além de algumas similaridades relativamente a este processo, trata-se, para todos os efeitos, de um processo migratório (do qual nos restringimos à migração de trabalho desportivo). Para tal, centramos a nossa análise essencialmente ao futebol, pois é a modalidade em que se tem verificado um maior fluxo de atletas a nível internacional², sendo a mais praticada e aquela que movimenta grandes somas de dinheiro.

(Alguns) pressupostos teóricos e metodológicos

Ao longo do século XX, começaram a surgir as primeiras teorias sobre migrações, ainda que de forma isolada e diversificada, muito provavelmente pelo facto de a migração não ser uma área do domínio específico de uma das ciências sociais, antes estudada pela maioria delas e, bem assim, por outras ciências. Naquela altura, o debate teórico girava em torno das teorias

¹ Para maiores detalhes sobre este aspecto vide: Taylor, Matthew (2006), *Football, Migration and Globalization: The Perspective of History*. *Historical Social Research*, vol. 31, n.º 1, pp. 7-30.

² A título de exemplo até 2007 o futebol era a modalidade desportiva mais praticada do mundo com cerca de 264,5 milhões de pessoas (Silva et al., 2012).

neoclássica³, histórico-estruturalista⁴, pós-moderna⁵, e, mais tarde, a teoria de transição. A visão pessimista sobre a migração, inicialmente defendida, não olhava para as migrações sob o ponto de vista do cruzamento empírico e teórico, ignorava profundamente as experiências políticas dos países, bem como as questões e/ou motivações pessoais. Mais ainda, havia uma tendência de olhar para as causas e consequências de forma isolada, em resultado do que se marginalizava completamente a componente social das migrações e, num contexto mais amplo, a visão sobre as mesmas não assumia uma perspetiva dinâmica deste processo.

De um modo geral, a teoria que acabou prevalecendo, aquela que tem sido mais comumente aceite e que assenta numa perspetiva otimista é a teoria de transição. Esta defende que, mais do que causas económicas e/ou políticas, as principais motivações para as migrações residem em fatores sociais e individuais. Neste sentido, assume-se que os migrantes são agentes ativos neste processo, procurando sobreviver às mudanças impostas pelo sistema-mundo, e que as migrações trazem benefícios tanto para os locais de saída quanto para os locais de chegada (Haas, 2008).

Conforme referimos anteriormente, analisamos a migração de trabalho desportivo sob a perspetiva histórica, a qual entendemos ser fundamental para a compreensão deste processo. Para tal, sem prejuízo de outros autores, destacamos a abordagem de Taylor (2007), para quem os estudos nesta área se focam em questões de desenvolvimento contemporâneo, enfoque que tende a constituir uma lacuna metodológica por “negligenciar” o contributo que a História pode dar para a compreensão deste complexo processo de trabalho migratório, uma vez que este não é necessariamente algo de novo, antes tem uma génese histórica. É neste sentido que concordamos com o mesmo autor ao referir-se nos seguintes termos:

The movement of footballers from country to country and continent to continent is thus much more than a product of the current economic and political relations on world football. It reflects a complex set of linkages between specific countries, or sets of countries – linkages that have deep social, cultural and historical roots (...) much of the existing literature on the migration of football talent, written by social scientists to make sense on contemporary trends, has paid scant attention to its historical context (Taylor, 2007: 2).

Em África, de acordo com Darby (2006), os movimentos migratórios atinentes ao desporto tiveram o seu início na década de 1930 sendo que até 1990 já havia cerca de 350 jogadores africanos nas ligas europeias de futebol. Este facto situa a génese deste processo num contexto histórico específico, sendo que, no caso de Moçambique, as migrações desta natureza se iniciam na década de 1960 (período colonial), pelo que a perspetiva histórica é fundamental para a análise deste fenómeno. Ao centrar-se nos dilemas de desenvolvimento da contemporaneidade em prejuízo da perspetiva histórica, perdem-se de vista outros fatores igualmente decisivos neste processo migratório.

³ A perspetiva neoclássica (de equilíbrio) centra-se nas motivações económicas. Entende-se que pessoas de baixa renda tendem a deslocar-se para zonas de alta renda, criando-se, assim, uma situação de equilíbrio no espaço económico. No entanto, tal perspetiva negligencia outros dados sociais, culturais e, acima de tudo, individuais, e tende a generalizações quando em muitos casos operam motivações individuais específicas.

⁴ A teoria histórico-estruturalista (e do crescimento assimétrico) assenta na economia política marxista e na teoria do sistema-mundo, no qual o poder económico é historicamente distribuído de forma desigual entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, criando-se assim, por um lado, uma situação natural em que as pessoas têm acesso a recursos diferentes. Tal teoria limita-se a assumir que os migrantes são vítimas passivas do processo de migração e não agentes ativos desse processo, no sentido de se poderem adaptar às forças estruturais.

⁵ A teoria pós-moderna (*Push and Pull*) defende que a migração se deve a fatores ambientais, demográficos e económicos devido ao crescimento da população rural que sobrecarrega os recursos naturais e agrícolas, levando ao êxodo das pessoas em busca de melhores condições económicas. No entanto, apesar da sua abrangência, marginaliza fatores como a heterogeneidade e estratificação interna das sociedades, e, as motivações individuais para migrar, (a liberdade individual, segurança, melhor educação e saúde, oportunidades de negócios, de lazer, entre outros).

O desporto, tendo servido para diferentes formas de manifestação de poder, acima de tudo, do poder político, é das “parcas” formas de que os africanos têm para manifestar capacidades “similares” às de outros povos, isto é, onde se podem colocar e/ou situar em mesmo pé de igualdade em relação ao ocidente – o futebol tornou-se numa das formas de o fazer. Este aspeto pode ser elucidado nas palavras de Jonas Scherrens:

[In Africa] Football quickly became the most significant pastime of young boys. It also became one of the few areas where countries could gradually aspire achieve the prestige as their Western European counterparts. International competitions provide indeed a stage to measures themselves with their former rulers. As a consequence, football does only intrigue the mind on the young African boy in all levels of society but also became a true political stake (Scherrens, 2007: 1).

Por outras palavras, o desporto, em geral, e o futebol, em particular, assume-se como espaço de competição política. Ademais, pelas características que lhe são intrínsecas, o desporto pode afigurar-se um campo de impugnação da situação política e económica atual e dos paradigmas teóricos/epistemológicos do presente, conforme poderemos constatar em seguida, tomando como base o quadro teórico da teoria do sistema-mundo e da teoria das vantagens comparativas.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2016), tem-se verificado uma progressiva procura pelo trabalho migratório facilitada pela cada vez mais crescente, flexível e rápida oferta dos meios de transportes e comunicações, facto intrínseco à sociedade globalizada na qual estamos inseridos. Assim, com as independências dos povos colonizados, muitos jovens foram atraídos por vários países do mundo onde eram oferecidas oportunidades mais atrativas.

Além disso, conforme refere Nolasco (2017), nos últimos tempos os países mais desenvolvidos tornaram-se sociedades em regra mais envelhecidas, com baixas taxas de natalidade e com o consequente défice de mão-de-obra especializada nalgumas áreas. Para colmatar esta lacuna, as sociedades mais envelhecidas encontram como solução a atração e a retenção de mão-de-obra estrangeira, e, dadas as assimetrias de desenvolvimento entre países, este facto contribuiu para uma crescente deslocação de trabalho do sul para o norte e de leste para oeste.

Embora os estudos sobre este fenómeno no âmbito desportivo sejam relativamente recentes, para este autor o fluxo crescente das migrações de trabalho desportivo na contemporaneidade resulta, entre outros aspetos, do progressivo aumento de agências desportivas internacionais, do exacerbar da concorrência económica à escala mundial, do desenvolvimento de formas de direito à cidadania, da padronização e universalização das modalidades desportivas, da criação de mega eventos desportivos de âmbito global e, ainda, da mercantilização do desporto. Deste modo, estes fatores contribuem para uma grande mobilidade de atletas que se vêem inseridos num sistema desportivo global.

No caso de África, em geral, e de Moçambique, em particular, este processo migratório que se iniciou no período colonial viria a conhecer o seu clímax nas décadas de 1980 e 1990, no âmbito da consolidação de um processo histórico mais global que o viria a catapultar, o neoliberalismo. Conforme poderá ser melhor elucidado adiante, no caso concreto de Moçambique, a partir da década de 1950 já havia casos de migração de jogadores, sendo que nos primeiros 10/15 anos do período pós-independência (1975-1987/90) verificou-se uma restrição na migração dos jogadores. Este facto viria a conhecer uma alteração a partir da década de 1990 com a abertura do país para uma economia de mercado numa altura em que, ao nível internacional, se assistiu à consolidação e ao avanço do neoliberalismo.

Este último motivou uma série de talentos a migrar, devido, entre outras causas, às razões apontadas por Darby (2006). Este autor refere que os clubes africanos em geral, e do futebol em particular, são caracterizados por uma pobreza extrema que se acentua com a instabilidade política, a má administração, pela corrupção quase que generalizada, aliados ao fraco investimento estatal e à interferência política. Esta situação agrava-se com a ausência de infra-estruturas e de profissionalismo desportivo. Em conjunto, estes fatores motivaram muitos atletas a migrar. Deste modo, estes encontram melhores perspectivas e/ou possibilidades de futuro, salários exorbitantes ou muito melhores nas ligas europeias e norte-americanas, que lhes proporcionam fortunas abissais quando comparadas com os parcos salários oferecidos pelos clubes africanos, inseridos num sistema neocolonial.

Com base neste paradigma neocolonial, no que concerne ao desporto, foi construída uma visão pessimista (e moralista) sobre a migração de trabalho desportivo decorrente de um quadro mais geral dos estudos sobre as migrações que, prestando particular atenção ao fluxo sul-norte, revelam que, regra geral, as mesmas são o resultado das desigualdades entre países. Deste modo, tomando como particular enfoque a saída de talentos de África e da América Latina com destino à Europa e América do Norte, foram-se construindo interpretações críticas de índole marxista, pelas quais se entende estes fluxos migratórios como sendo (novas) formas de exploração do Sul pelo Norte global (Nolasco, 2017) – o neocolonialismo desportivo. No caso de Moçambique, este posicionamento foi defendido por Paul Darby nos seguintes termos:

[...] Portugal tem utilizado os talentos futebolísticos das suas antigas «possessões» coloniais como um recurso colonial e neocolonial [...] [pelo que] a migração de jogadores de futebol moçambicanos aqui apresentadas assentam num quadro teórico que interpreta a exportação de jogadores de Moçambique e também dos outros antigos territórios coloniais de Portugal em termos de imperialismo cultural, neo-imperialismo e dependência. (Darby, 2006: 418).

No entanto, sem ignorar esta “realidade” e outros aspetos fulcrais subjacentes às migrações (fenómeno relacionado com globalização, neoliberalismo, neocolonialismo e outros) que as tornam num processo complexo, assumimos uma visão otimista em relação às migrações de trabalho desportivo. Por outras palavras, defendemos que, tratando-se, ou não, de um processo de exploração do Sul pelo Norte global, a África pode e deve articulá-lo em benefício próprio, conforme também pondera Paul Darby:

[...] Esta diáspora futebolística africana tem enriquecido as ligas profissionais de toda a Europa e entusiasmado o público do futebol e, no processo, os jogadores africanos contratados pelos clubes de elite têm auferido salários com os quais só podiam sonhar caso tivessem permanecido em África. Neste sentido, a migração de jogadores africanos para a Europa pode ser entendida como benefício para os clubes e ligas que os recebem, bem como para os próprios jogadores migrantes (Darby, 2006: 417).

Em primeira instância, este nosso entendimento acerca das vantagens a obter para África da migração dos seus talentos desportivos jogadores, que tem como base uma perspectiva histórica da “construção” deste processo, é sustentado em parte na teoria do sistema-mundo, de Immanuel Wallerstein, e, com maior ênfase, na teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo. Por um lado, recorremos a Wallerstein para “relativizar” os conceitos de dentro versus periferia, uma vez que, no desporto, a periferia pode não coincidir necessariamente com o elo mais fraco, isto é, com os países situados na periferia no sistema-mundo. As sociedades e economias africanas podem ser o centro em algumas modalidades desportivas, uma vez que nenhum país se desenvolve da mesma forma em todos os desportos, conforme adianta Matthew Taylor:

[...] this type of simplistic centre-periphery model fails to do justice to the complexity of football player migration. First of all, the centre and periphery in football do not correspond completely to the conventional centre and periphery of world system theory. North America, for example, a core economy in every respect, is on the football periphery. In much the same way, many of the peripheral countries of the southern hemisphere (such as Brazil and Argentina) are much closer to the core of world football (Taylor, 2006: 9).

Por outro lado, recorreremos ao pensamento de David Ricardo, que defende a ideia de que os países exportam o que são “especialistas” em produzir, ao passo que importam aquilo que são incapazes ou ineficientes a fazer. Por outras palavras, os países africanos podem estruturar-se e/ou especializar-se melhor para “exportar” os seus talentos desportivos com retornos consideráveis para as suas economias, retirando benefícios da sua transação nos mercados internacionais, tornando, assim, a migração de trabalho desportivo numa das vias para a promoção do desenvolvimento e da sua segurança humana.

Em Abril de 2007, foi lançado o maior projeto de recrutamento de talentos africanos no Qatar, denominado *Aspire Africa Football Dreams* que almejava contar com cerca de 500 000 atletas africanos (Scherrens, 2006). Se, por um lado, se trata de uma iniciativa que envolve altas somas monetárias, atenta a posição daquela região na economia-mundo, por outro, este projeto revela dois aspetos importantes: África situa-se de alguma forma no centro da “oferta” de talentos para o futebol a nível mundial e, por consequência, deve preparar-se de forma estrutural para tirar benefícios de vária índole neste projeto. Portanto, reforce-se assim a nossa visão otimista em torno da migração de trabalho desportivo. Desconhecemos o alcance, ou não, das metas do projeto. Contudo, o facto é que parte dos talentos africanos se tem desenvolvido na *Aspire Academy*, onde não só almejam uma fascinante carreira desportiva como também a melhoria das suas vidas, conforme foi referido pelo Soka25east.com em 2016⁶:

Três tanzanianos meninos e três ugandenses agora se juntarão a outros finalistas seleccionados da Nigéria, Gana, Senegal, Camarões, Costa do Marfim, Mali, Tailândia, Paraguai e Vietname que se dirigirão à Academia Aspire no Catar para uma fase final de teste de três semanas, onde os melhores jogadores receberão bolsas de estudo completas para buscar a oportunidade de se tornar um “Campeão no Esporte”, bem como um “Campeão na Vida”.

As migrações de trabalho desportivo em Moçambique: génese, evolução e os desafios do presente

Entre 1975 e 1985, o modelo socialista então vigente em Moçambique fracassou, pois, entre outros aspetos, não foram eliminadas as estruturas sócio-económicas e/ou políticas que favoreciam apenas as minorias⁷ e não foi possível materializar o tão almejado e necessário aparelho administrativo centralizado, suficientemente eficiente e capaz de levar a cabo o então projeto socialista. Concretamente, a socialização do campo, a instalação das aldeias comunais e, ainda, o desenvolvimento da indústria foram fracassados. Mais tarde, com a adesão às Instituições de *Bretton Woods* e a orientação do país para uma economia de mercado,

⁶ Para maiores detalhes vide: <http://www.soka25east.com/six-east-africans-selected-aspire-football-dream-program/>.

⁷ Com a saída dos colonos quando da independência nacional, as suas posições foram ocupadas por um grupo de moçambicanos que acreditavam que bastava uma forte convicção moral e ideológica para superar a sua inexperiência ou, então, viram a oportunidade de prosperar. De modo geral, a maior motivação e o grande interesse dos mesmos acabaram por ser os benefícios que os bens e as posições do poder nas instituições estatais e nas empresas intervencionadas pelo Estado poderiam oferecer (Francisco, 2002).

que se efetivou em 1987 com a instalação do Programa de Recuperação Económica (PRE) e se tornou mais visível em 1990, o país passou a viver da ajuda externa.

Na década de 1990, abriu-se uma nova fase na qual se assistiu ao surgimento de uma nova Constituição da República (1990) e à assinatura do Acordo Geral de Paz (1992), que, contribuíram para o crescimento económico do país, acima de 7 % (Francisco, 2002). Contudo, este facto não significou desenvolvimento económico. Aliás, assistiu-se naquele contexto à consolidação de um cenário de dependência económica, que perdura até ao presente. Foi no meio destas transformações políticas, económicas e sociais que surgiu e se desenvolveu o sistema desportivo nacional, tendo sido fortemente influenciado pelas metamorfoses que o país experimentou. Afora estes aspetos internos, a nível internacional entre a década de 1970 e 1990 foi-se impondo um sistema neoliberal, processo que seria consolidado ao nível do sistema-mundo com o fim da Guerra-fria.

Em muitos casos, o neoliberalismo foi a principal causa do afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais. Este modelo neoliberal foi criado sobre o princípio de que os Estados são incapazes de gerar o crescimento económico e de criar o bem-estar social. Aliás, segundo alguns autores, ao tentarem fazê-lo, os Estados tendem a piorar a situação económica de todos, particularmente dos mais pobres (Bockam, 2013).

Naquele contexto, acreditou-se, por um lado, que era necessária a retirada do Estado do mercado de bens e serviços, pelo que devia prescindir da sua hegemonia sobre os meios de produção a favor do sector privado. Por outro lado, o mesmo Estado devia deixar de alocar recursos em benefício social e deixar de exercer ou encorajar qualquer tipo de monopólio, abstendo-se de fixar os preços do mercado (liberalização). Finalmente, tal mudança significou, acima de tudo, que os serviços sob seu domínio (seguros, imobiliária, pensões, saúde, educação, etc.) deviam ser privatizados e pagos pelos cidadãos ao invés de serem custeados pelo Estado (Judt, 2010). Em suma, assistiu-se à “retirada” paulatina do Estado do mercado. Na década de 1980, a situação torna-se mais favorável para o avanço do neoliberalismo face ao novo contexto de transformações políticas na Europa e na América e, de acordo com Anderson (1995), surgiu a grande oportunidade para o neoliberalismo face aos novos desenvolvimentos políticos de então⁸.

Estes aspetos tiveram impacto em África. Aqui, uma vez lograda a independência, acreditava-se inicialmente que os Estados poderiam garantir por si só, e por via das suas riquezas, o desenvolvimento económico. Deste modo:

A crise de petróleo de 1973, somada à crise do Estado do bem-estar social e o advento do neoliberalismo atingiu bruscamente o continente africano. [Como consequência...] durante os anos de 1980 e 1990 o continente mergulhou na lógica económica do neoliberalismo, muito em decorrência da pressão exercida pelos países industrializados e os mecanismos internacionais que regulam a economia internacional e que estão ao serviço das grandes potências [como as de Bretton Woods] (Fonseca, 2015).

Este facto pode ser enquadrado no âmbito de uma nova fase ao nível do sistema-mundo que, entre meados da década de 1980 e princípios da década de 1990, consolidaria o avanço do neoliberalismo⁹ e a afirmação do neocolonialismo. Deste modo, a descolonização política e a independência formal de África não implicaram o fim do imperialismo, significaram apenas a mudança na feição deste e não independência económica. Entretanto, na maioria dos

⁸ Ainda nos socorrendo no mesmo autor, referimo-nos mais concretamente à eleição do governo de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979) e Ronald Reagan para presidente dos EUA (1980), a derrota do regime social liberal na Alemanha e a sua sucessão por Helmut Kohl (1982), a queda do estado de bem-estar na Dinamarca e a sua substituição pelo governo de direita de Poul Schluter (1983).

⁹ Para maiores detalhes sobre o neoliberalismo, sua génese, evolução e as principais alterações que trouxe ao nível do sistema mundo, vide também: Bockam (2013); Judt (2010); Glyn (2006); Kennedy (1988).

países africanos, os Estados falharam nas suas “opções” políticas, económicas e sociais, facto que contribuiu para que passados os primeiros 10/15 anos das independências nacionais, a grande maioria recorresse ao apoio ocidental e aderisse às instituições de *Bretton Woods*. Assim sendo, o ocidente manteve a sua supremacia económica e intelectual, que foi materializada por via do neoliberalismo, a máscara do neocolonialismo (Chinweizu, 2010)¹⁰. Portanto, a independência política de África não significou necessariamente o fim dos interesses e da supremacia do ocidente.

Após as independências, cujo principal marco temporal foi a década de 1960, entre os africanos sobreveio a pretensão de se “modernizarem” e, até, de se desenvolverem à imagem das sociedades ocidentais. Este desígnio encontrou espaço particular para o seu florescimento, uma vez que os seus “homólogos” ocidentais viam nesta pretensão dos africanos a possibilidade de manter e perpetuar a sua supremacia (Chinweizu, 2010), a partir de uma nova forma de dominação, o neocolonialismo que, de certa forma que aliado ao neoliberalismo, acabou se reflectindo igualmente no âmbito do desporto.

No caso de Moçambique, após o regime de partido único, a liberalização da economia, induzida pelas instâncias internacionais que se guiavam pelas receitas neoliberais, viria a contribuir para a “retirada do Estado” das suas responsabilidades sociais e, em particular, do seu papel “paternalista” no âmbito do desporto, contribuindo assim para um mais facilitado e mais consolidado “aproveitamento” dos seus talentos desportivos noutros países, cujos sistemas desportivos se encontram mais desenvolvidos.

Neste sentido, veremos em seguida como os referidos aspetos contribuíram para as migrações do trabalho desportivo e que desafios se colocam na atualidade. Para tal, traçaremos a nossa análise em três períodos, nomeadamente o colonial, o socialista e o capitalista. Importa referir que, ao segmentar a nossa análise em períodos, não pretendemos assumir uma visão linear do processo histórico do desporto moçambicano. Diferentemente, apenas procuramos uma organização que contribua de forma mais prática possível para a compreensão da nossa abordagem e das ideias aqui propostas para a análise do processo histórico das migrações de trabalho desportivo em Moçambique.

O período colonial: génese das migrações de trabalho desportivo

O desporto no período colonial manifestava a divisão (racial) das classes sociais. Por um lado, servia para desagregar racialmente a sociedade, bem como para fomentar a divisão étnica por forma a legitimar e perpetuar a dominação colonial. Por outro lado, o desporto restringia-se às zonas urbanas a que o “indígena” não tinha acesso, acabando relegado para a prática desportiva nas zonas periféricas. Por outras palavras, o desporto acabou sendo um instrumento pelo qual se legitimava tanto a superioridade do colono como também a sua dominação sob o indígena. O desporto tornava-se numa forma de reforçar o controlo colonial mais amplo e de elevar a cultura portuguesa em detrimento das tradições indígenas, assumindo-se, deste modo, o desporto português como culturalmente superior ao futebol moçambicano (Darby, 2006).

Aparte estes aspetos, e recuperando Domingos (2006), os ditos “indígenas” ficavam excluídos da prática do desporto, dada a sua “incapacidade” em praticá-lo em função da sua complexidade, o que reiterava a supremacia dos europeus e a “ignorância dos nativos”. Porém, o mesmo desporto acabou servindo como instrumento quer de inserção social, quer de resistência anticolonial. Por exemplo, o futebol acabou sendo um meio de mobilidade social, de

¹⁰ Para mais detalhes sobre a África pós-independente, a sua independência política e a dependência económica, vide o mesmo autor e outros como Mazrui e Wodji (2010).

integração na sociedade colonial e um bilhete para a sociedade metropolitana, ao mesmo tempo que se tornava um elemento de resistência dos colonizados face ao poder colonial. Em geral, pode-se afirmar que o colonialismo português restringiu a mobilidade dos moçambicanos. Contudo, dadas as características específicas do desporto, capaz de ultrapassar as barreiras sociais e/ou políticas existentes, o talento desportivo acabou pondo em causa as restrições à mobilidade social impostas pelo regime colonial. Os jogadores talentosos que se destacassem tinham a possibilidade de aceder às zonas urbanas, de conviver com a sociedade colona, até de migrar para a metrópole e representar Portugal nas selecções nacionais, como foi o caso de Eusébio da Silva Ferreira (Domingos, 2006). Além disso, o desporto não servia somente para a emancipação do dito “indígena” como também para demonstrar a sua capacidade como um ser pensante, crítico e criador, contrariamente ao que o colono defendia. Portanto, ainda de acordo com o autor o futebol era uma modalidade mais democratizada, uma forma de expressão e manifestação dos africanos. Num contexto de proibições para os “indígenas”, o futebol foi um campo de resistência ao poder colonial, no qual o “indígena” não só manifestava de várias formas a sua insatisfação face à dominação a que estava sujeito, como também se transformou num veículo de afirmação das suas capacidades e habilidades com as quais afirmava o seu mérito criador.

Nas décadas de 1950/1960, com vista a proteger o desporto amador que servia para politizar as vitórias desportivas, úteis fundamentalmente na promoção da imagem do país, foi instituído o diploma de mérito desportivo e deu-se a abertura à participação de jogadores de origem africana em equipas nacionais portuguesas, conforme testemunham as palavras de Paul Darby:

Durante o período colonial, a importação de jogadores africanos de talento beneficiou também a equipa da selecção nacional portuguesa. O «regulamento da população indígena» introduzido pelo ditador António Salazar, que concedia o estatuto de «assimilado» aos africanos culturalmente «europeizados» dos territórios coloniais de Portugal, permitiu que uma série de jogadores africanos excepcionais representasse Portugal em competições internacionais (Darby, 2006: 421).

Aliás, entre negros e brancos, os moçambicanos Lucas Sebastião da Fonseca (Matateu), Eusébio da Silva Fonseca, José Águas, Costa Pereira, Mário Coluna e outros, são exemplos do “uso/ aproveitamento” político dos talentos africanos na década de 1950/60¹¹. Destes, destacou-se Eusébio que integrou o Benfica em 1961 e representou a seleção nacional portuguesa no mundial de 1966, onde Portugal ocupou o 3.º lugar. Para além disso, Portugal afirmou-se como o maior importador de jogadores de futebol africano dos quais 65 % provenientes de Moçambique, uma forma explícita de aproveitamento das suas antigas colónias.

Contudo, esta abertura visava igualmente servir de suporte à ideologia do luso-tropicalismo e, desta forma, fazer face à pressão internacional no contexto da Guerra-fria e das independências africanas. A nível interno, tal abertura intentava fazer face ao movimento de libertação nacional. Pode-se então, explicar os primórdios da migração de jogadores moçambicanos por este contexto interno e internacional em que se debate a política colonial portuguesa.

Não obstante o contexto pouco favorável para a perpetuação da dominação colonial portuguesa em Moçambique, Portugal buscou, estrategicamente e de forma camuflada, manter a segregação, a opressão e a exploração colonial. Esta situação viria a ficar patente no desporto no qual, apesar da “aparente” abertura no sentido de abolir a discriminação racial e social

¹¹ Matateu (*Oitava Maravilha*) chegou ao Belenenses em 1951, clube que representou por 12 temporadas. Foi por duas vezes melhor marcador do campeonato nacional e representou a seleção portuguesa. Por seu turno, Mário Coluna (*o Monstro Sagrado*) chegou ao Benfica em 1954, foi bicampeão europeu de clubes, obteve 17 troféus nacionais e jogou 57 vezes pela seleção portuguesa. Por fim, o expoente máximo foi Eusébio da Silva Ferreira (*o Pantera Negra*), foi considerado o maior futebolista “português” de todos os tempos (Melo, 2017).

na década de 1960, o governo colonial continuou a procurar mecanismos discriminatórios durante praticamente todo o período colonial. Na realidade, o colonialismo português estava eivado de contradições sendo que, no caso do futebol, o mesmo, por um lado, pretendia utilizar o talento indígena como forma de sustentar a ideologia luso-tropical (Domingos, 2009), por outro lado, a “abertura” da prática desportiva para os indígenas deveria continuar a manter a discriminação/segregação social características do modelo colonial adotado por Portugal. No entanto, apesar das restrições impostas pelo regime colonial na altura, o futebol acabou sendo, de facto, uma das vias pela qual os colonizados abriram espaço para a sua mobilidade e emancipação social. Este facto pode ser ilustrado nas palavras de Lucas Melo:

[...] o futebol consistia à época, e ainda consiste num meio de mobilidade social, maneira pela qual a sociedade se integra, chegando a ser, para alguns afortunados por esse talento, um modo de se chegar até a metrópole. Era, e ainda é, um dos poucos casos em que se concede espaço e visibilidade aos africanos. Neste esporte, podemos fazer uma associação do que ocorre com a África ainda na contemporaneidade, pois a matéria-prima bruta é africana, mas a produção final é europeia (Melo, 2017: 162).

Em suma, o desporto no período colonial manifestou a opressão, a discriminação e a instrumentalização em benefício do regime colonial, isto é, serviu tanto como uma via de legitimação e consolidação da exploração colonial, quanto como um mecanismo da sua perpetuação e da subjugação dos nativos. Em contraponto, o desporto viria a servir de um campo de ação no qual os nativos manifestaram o seu descontentamento face à questão colonial, isto é, serviu de forma de resistência anticolonial. Quando nos referimos à questão anticolonial, aludimos, por exemplo, ao facto de num contexto em que o “indígena” era assumido como não sendo um ser pensante, como sendo uma “tábua rasa”, assim se ressaltando a sua inferioridade em relação ao colonizador, e, de acordo com Domingos (2006: 409) o futebol permitiu “exaltar componentes interpretativas e criativas, suscitar imagens do poder físico, mas também sugerir a capacidade mental [do indígena]”.

Esta dinâmica contraditória acompanhou praticamente todo o período colonial e só viria a conhecer mudanças significativas aquando da independência de Moçambique, em 1975. Se atendermos ao aproveitamento que os africanos fizeram das práticas desportivas tomando como base o seu talento, pode-se afirmar que, naquelas circunstâncias, os mesmos apropriaram-se do desporto para atender aos desafios que lhes eram contemporâneos, tendo adequado as condições existentes às suas necessidades como, por exemplo, as de mobilidade/emancipação social e, até, de resistência anticolonial. Por outras palavras, naquele contexto colonial, o talento desportivo, ao possibilitar a emancipação, a mobilidade e a resistência social, possibilitou também o aproveitamento da situação a benefício dos próprios africanos. Este é o desafio que se coloca presentemente.

O período pós-independência: da proibição à liberalização das migrações de trabalho desportivo

No período pós-independência, como consequência da própria colonização, havia poucos elementos para a construção do sentido de nacionalidade. Por toda a África, existiam etnias, um perigo para a unidade nacional. Assim, “o desporto providenciou a recém-independentes nações africanas elementos discursivos *exógenos*, por exemplo, o reconhecimento internacional por via “não oficial” mas altamente visível, como era o resultante das práticas desportivas, e *endógenos*, nomeadamente os fatores de auto-identificação” (Melo, 2011: 162). Portanto, os governos africanos, no período pós-independência, reconheciam o lugar crucial do desporto como uma ferramenta imprescindível para a materialização dos objetivos e anseios no novo contexto político.

Deste modo, por um lado, se na era colonial o desporto procurou ser elitizado e segregacionista, no período pós-independência havia interesse em se reverter esta situação. Assim, o Governo adotou um sistema desportivo assente no princípio do alargamento da prática desportiva e educação física como direito de todos os moçambicanos. Nesta altura, a massificação do desporto ia ao encontro dos interesses do processo revolucionário, nomeadamente a educação e a formação visando a criação do “homem novo” e a consolidação da unidade nacional. Assim, por via do desporto, o governo pretendia fomentar o patriotismo, libertar os moçambicanos da mente colonizada e do obscurantismo, criar um homem trabalhador, criador e crítico. No entanto, como forma de alcançar os objetivos pretendidos, o Estado assumiu uma postura providencialista, tendo procurado apoiar os clubes desportivos a partir das suas empresas. Nesse período, assistiu-se à proibição de exportação de jogadores, como uma forma de “protecionismo desportivo”.

A integração dos clubes nas empresas estatais e nos ministérios neste contexto socialista tinha em parte a sua razão na alocação centralizada, controlada e “equitativa” de recursos, pela qual os mesmos clubes e práticas desportivas deveriam ter o financiamento do Estado¹². A estratégia supracitada teve um impacto significativo, conquanto apenas a curto prazo. Esta estratégia possibilitou que as atividades desportivas dos clubes fossem garantidas e continuadas, que várias instalações desportivas fossem reabilitadas e/ou construídas, entre outros ganhos. No entanto, por um lado, gerou-se uma certa forma de “discriminação” na medida em que o apoio aos clubes sendo dado pelo Estado significava que todos aqueles clubes que não fossem integrados nas empresas estatais não beneficiavam do mesmo apoio, facto que relativiza a alocação “equitativa” dos recursos. Por outro lado, a médio prazo acabou resultando na dependência total dos clubes em relação às empresas nas quais os mesmos foram sendo integrados (Graziano *et al.*, 2008). Esta dependência viria a tornar-se num nó de estrangulamento dos clubes aquando da transição do país para o modelo capitalista.

No tocante aos percursos individuais, assistiu-se no período socialista a uma baixa ou praticamente nula mobilidade de atletas. Por um lado, em termos gerais, este facto deveu-se à própria conjuntura política de então marcada pela guerra civil (1976-1992). De acordo com Rodrigues (2018), a guerra civil, tanto em termos de restrição quanto em termos de imposição da mobilidade, forçou a permanência de populações em determinados locais, ao mesmo tempo que forçou um número considerável de outras pessoas a migrar. Em Moçambique, como forma de retenção dos talentos desportivos, foi desenvolvida uma estratégia de protecionismo desportivo através da introdução de medidas de restrição de saída de jogadores para o estrangeiro, medidas que garantiam a permanência dos talentos no país. Esta medida durou até finais da década de 1980 (Darby, 2006).

Esta política restritiva da mobilidade dos jogadores seria abandonada na derradeira década do século XX. A independência política de África não significara necessariamente o fim dos interesses e da supremacia do ocidente. Deste modo, transitou-se do discurso civilizador para o discurso desenvolvimentista, conforme as palavras de Chinweizu:

[...] a descolonização política e a independência formal de África não implicaram o fim do imperialismo. Elas tão-somente traduzem uma mudança facial do imperialismo. A descolonização política não se acompanhou pela [tão almejada e necessária] descolonização económica (...) como corolário deste quadro, surge o “projecto de desenvolvimento de África” assente no neoliberalismo, a máscara do neocolonialismo. Adaptado de Chinweizu (2010: 928-929).

¹² Por exemplo, o antigo Sport Lourenço Marques e Benfica, actual Costa do Sol foi integrado na empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM), o Clube de Desportos 1.º de Maio foram integrados no Ministério do Comércio e o Clube Estrela Vermelha no Ministério do Interior e Segurança (Graziano *et al.*, 2008).

Em suma, no contexto pós-independências, que em África teve como marco principal a década de 1960, havia, por um lado, uma pretensão de os africanos se “modernizarem” e até mesmo de se desenvolverem à imagem das sociedades ocidentais. Este facto encontrou um espaço particular para o seu florescimento uma vez que os seus “homólogos” ocidentais viam nesta pretensão dos africanos a possibilidade de manter e perpetuar a sua supremacia (Chinweizu, 2010), a partir de uma nova forma de dominação, o neoliberalismo. O avanço dos interesses ocidentais refletiu-se igualmente no âmbito do desporto conforme se evidencia nas palavras de Lucas Melo:

[...] além de ter sugado quase todos os recursos naturais e matérias-primas baratas no passado (e ainda no presente), encontraram no futebol mais uma modalidade para exercer sua força neocolonial. As migrações de jogadores de futebol, também, contribuíam para um mais amplo poder de influência cultural [...] (Melo, 2017: 157).

Nos anos 1980 da Administração Reagan, a Guerra-fria afetou severamente Moçambique e foi utilizada para que muito abertamente as Instituições de *Bretton Woods* impusessem livremente ao país a sua agenda neoliberal e do mercado livre a seu favor. Foi neste contexto que, em Janeiro de 1987, o governo moçambicano apresentou o conteúdo do Programa de Reabilitação Económica (PRE) e, no mesmo ano, chegou a um acordo sobre a forma final do mesmo (Abrahamsson e Nilsson, 1994). Assim, Moçambique “aderiu” ao capitalismo.

Este facto repercutiu-se na retirada do Estado de todos os domínios socioeconómicos, onde passou a prevalecter o sector privado. Tal significou também a sua “retirada” do desporto. Por um lado, o Estado “limitou-se” a incentivar o associativismo desportivo através da formação de clubes e núcleos desportivos, assumidos como as novas estruturas básicas para o desenvolvimento do desporto. Por outro, abandonou o seu papel paternalista, “fazedor” e providencialista e passou a ser “simplesmente” o coordenador e legislador. Foi a partir desta altura que se deu uma maior abertura para o início e posterior consolidação do neocolonialismo desportivo, que encontra uma das suas formas de manifestação na migração de talentos desportivos. Para além desta evolução, outros fatores estruturais motivaram a migração do trabalho desportivo.

Por um lado, o fim da guerra civil em 1992 abriu espaço para uma maior mobilidade de pessoas quer ao nível interno, quer internacional (Rodrigues, 2018), facto que, aliado à introdução de um sistema capitalista e multipartidário na década de 1990, a altas taxas de crescimento e a uma baixa inflação, criou um ambiente político e económico mais estável para o desenvolvimento do desporto e, em particular, do futebol. Neste cenário, a revogação da proibição da exportação de jogadores permitiu o acesso ao mercado europeu de um número considerável de jogadores talentosos e baratos, promovendo-se, assim, uma cada vez maior migração de trabalho desportivo (Darby, 2006).

Este autor demonstrou que a fragilidade da economia política do futebol africano em comparação com o poder económico hegemónico do desporto europeu levou a que este último pudesse oferecer altos salários aos jogadores africanos que, não raras vezes, são estimulados a preterir os seus países a favor da Europa. Este facto prende-se, entre outros aspetos, com as debilidades do sistema desportivo africano que tem sido afetado negativamente pela extrema pobreza, instabilidade política, corrupção, fraco investimento estatal e, ainda, pela interferência governamental. Para agravar a situação, verifica-se em África a ausência de infraestruturas e de profissionalismo, que, existindo, poderiam concorrer para a oferta de melhores salários aos seus jogadores, afigurando-se esta possibilidade como uma via para a respetiva retenção.

A exploração dos talentos desportivos africanos veio a ser consolidada e/ou exacerbada com a adoção da “lei *Bosman*”. Sem nos determos em profundidade sobre a mesma, importa referir

que esta norma viria a tornar os atletas mais “livres” e propensos à migração, uma vez que, segundo esta lei, os jogadores podem mudar de clube após o termo do seu contrato sem necessidade de ressarcir o clube. Por outras palavras, tal significa que passou a ser desnecessário pagar aos clubes “de origem” qualquer compensação pela saída do seu atleta após o termo do contrato, conforme elucida Jonas Scherrens:

Before the ruling, professional football players could not move to another at the end of their contract without agreement between the aspired future and previous team. A transfer fee has had to be paid and placed the selling clubs in position where they could hold their players hostage and deny their right to work. The Bosman ruling ended this situation and abolished national quota on foreign but EU Member State players since it contravenes the EU non-discrimination principle on its labour market. (Scherrens, 2006: 3).

Em suma, apesar de haver alguma forma de compensação aos clubes de formação, as mesmas são insuficientes, pelo que podemos assumir que, entre outros aspetos, a lei Bosman criou as condições para a implantação do neocolonialismo desportivo que viria a ser consolidado com o avanço do neoliberalismo que, por sua vez, viria a contribuir para a exacerbação da migração de talentos desportivos de África para o mundo.

O neoliberalismo levou ao declínio económico de África entre 1980 e 1990, afetando negativamente o seu sistema desportivo. A partir de então, uma vez instalada a crise económica no continente, os esforços dos Estados passaram a centrar-se na satisfação das necessidades mais básicas como a alimentação, a habitação, a saúde e a educação (Melo *et al.*, 2010). De acordo com os mesmos autores, o desporto passou a ser cada vez mais “marginalizado” e os jogadores africanos foram integrados na economia desportiva global, estruturada de forma a explorar ainda mais o trabalho e os produtos africanos, desígnio para o qual os *mass media* assumem uma importância vital.

Em Moçambique, de acordo com Tonneti (2007), os meios de comunicação social são importantes por serem a principal fonte de informação num país que ainda apresenta um número considerável de analfabetos. Montra dos ídolos do futebol internacional por transmitir o desporto internacional (Liga dos Campeões, campeonatos português, inglês, francês, espanhol e alemão), a televisão começou a funcionar em 1981, tendo chegado a praticamente todo o país no auge do neoliberalismo, em 1992. Este facto, por um lado, contribuiu para a afirmação do imperialismo cultural que, em Moçambique, se pode considerar ter sido uma estratégia eficiente na medida em que, até ao ano de 1990, 85 % dos moçambicanos preferia o campeonato português em detrimento do moçambicano (Darby, 2006). Aliada quer aos salários auferidos pelos jogadores nos países com um sistema desportivo mais desenvolvido do que em África, quer ao prestígio das suas competições desportivas as quais gozam de mais e maior audiência, a televisão afigurou-se determinante para tornar os jogadores africanos, em geral, e moçambicanos, em particular, cada vez mais propensos à migração. Este facto, que se assemelha ao observável nos demais países africanos, desencadeou-se e consolidou-se com o “afastamento” do Estado das suas responsabilidades para com o desporto, o que redundou na “perpetuação da fuga de músculos”, em prejuízo do país e, afinal, do continente africano. Neste sentido, de acordo com Darby (2006), entende-se que a “fuga de músculos” é um sistema exploratório, pois mina a qualidade dos campeonatos nacionais e, desta forma, põe em causa a possibilidade de estes se tornarem semiprofissionais ou até mesmo profissionais para, assim, se poderem reter e/ou incentivar os talentos africanos a ficar nos seus países; fragiliza a participação dos jogadores africanos nas suas seleções nacionais, o que, por consequência, desvaloriza as participações das mesmas nas competições internacionais; e, por fim, alguns dos que migram têm sido vítimas de contratos injustos ou fraudulentos (mormente, jogadores

com um fraco nível de educação básica), ficando, então, marginalizados ou fragilizados (por vezes, por fracasso ou por desonra, tendem a não regressar aos seus países, e, embora cada vez menos, tem havido danos sociais e psicológicos daí resultantes).

No entanto, entendemos que uma vez “instalado este mal”, que, segundo Darby (2006), tende a ser perpetuado por via das academias de formação, nas quais se manifesta um sistema exploratório tanto por parte dos países mais desenvolvidos quanto por parte dos próprios proprietários africanos que vão em busca do lucro em desfavor do desporto em si, há necessidade de se buscar alternativas, de procurar identificar possibilidades de benefícios para os próprios africanos, quiçá, o grande desafio, de alguma forma estruturante para o desporto africano.

Prendemos, assim, referir que os talentos africanos que se destaquem nas ligas dos países com um sistema desportivo mais desenvolvido podem, por um lado, tornar-se símbolos de sucesso e alimentar a esperança (ainda que imaginária e/ou desafiante) de aquisição de um novo *status* sócio-económico) e, por outro lado, ganhar uma quantidade considerável de dinheiro, o qual pode beneficiar igualmente as suas famílias nos locais de partida, garantindo-lhes assim mais bem-estar social (Melo *et al.*, 2011). É neste sentido que assumimos que a “fuga de músculos”, se devidamente potenciada e estruturada, se pode afigurar de elevado capital social, ao invés do que tem sucedido numa relação neocolonial, que:

*[...] ainda que traga alguns benefícios para os africanos, os traz em maior número para as corporações, que logram ganhos de imagem e aumento de lucros com a incorporação de um novo mercado, sem que sejam oferecidas contribuições efectivas para uma completa mudança no quadro social, económico e político de muitas nações que compõem a África (Melo *et al.*, 2011: 320).*

É importante destacar que tais jogadores são atraídos, entre outros motivos, por o continente europeu ser o centro da profissão que eles escolheram. No entanto, devemos recordar que, mesmo após essa exposição da voracidade das equipas europeias relativamente aos jogadores africanos, a ideia de ter uma vida profissional na Europa é atraente em vários dos aspetos considerados no momento da emigração, mesmo que seja para, por exemplo, viver numa cidade pequena e atuar nas divisões inferiores. Com o salário que o indivíduo pode receber, ele pode ajudar a sustentar toda a família, incluindo não apenas o seu núcleo, mas também primos, tios e sobrinhos (Melo, 2017).

Por outras palavras, lembrando o passado colonial, portanto assumindo uma perspectiva histórica, pode constatar-se que há benefícios que os africanos podem retirar da migração de trabalho desportivo. Entre outros aspetos, este processo pode propiciar alguma segurança financeira e um nível de vida mais confortável aos africanos e, num contexto mais amplo, o desenvolvimento do próprio futebol africano.

Considerações finais

Neste texto nos propusemos a analisar as migrações de trabalho desportivo, cujos estudos são ainda recentes. Porém, têm vindo a ganhar relevância científica. No caso de Moçambique, migrações desta natureza têm a sua génese no colonialismo que as moldou, sendo que o período socialista as restringiu ou inibiu. Já no período capitalista, o neoliberalismo consolidou-as. O avanço do neoliberalismo é, até então, um dos principais responsáveis pelo “afastamento” do Estado (em particular, o africano) das suas responsabilidades, entre elas, do domínio do desporto. Este facto “facilitou” e/ou criou as condições para o rápido avanço do neocolonialismo desportivo e para a conseqüente “fuga de músculos”, ou talentos africanos, para os países com um sistema desportivo mais desenvolvido.

Nestes termos, foi comumente construída uma visão pessimista em torno da migração de jogadores africanos que, na realidade, se parece justificar, uma vez que este processo tem tido consequências nefastas para a África tanto ao nível sócio-económico, quanto ao nível desportivo. No entanto, visto que os africanos não são necessariamente “vítimas” neste processo e sendo este um facto “irreversível”, urge tornar este cenário favorável para os africanos. Neste sentido, devem-se criar normas/regulamentos que monitorem e/ou controlem este processo de forma a minimizar os prejuízos para os africanos e a maximizar os ganhos dos jogadores e, em particular das suas famílias, para além, evidentemente, dos ganhos para o próprio desporto africano. Para tal, entre outros aspetos, é necessário que se estabeleça um sistema desportivo que possa estruturar e normalizar esta prática, a partir da melhoria da gestão desportiva, da aposta no aprimoramento do papel dos Estados neste processo migratório, do combate à corrupção, para lograr reter e/ou motivar os africanos a manterem-se nas suas ligas desportivas, em prol de África e do seu desenvolvimento desportivo. De facto, há aspetos positivos a serem explorados neste processo migratório, porquanto parte dos ganhos pode reverter para os seus locais de proveniência por via de investimentos, empreendimentos empresariais ou, mesmo, sociais. Para tal, situando-se de alguma forma no centro e não na periferia do futebol mundial – por ser produtora de “talentos” –, a África deve procurar criar mecanismos para “combater” os efeitos da lei Bosman e a naturalização de jogadores africanos na Europa, ensaiando criar legislação que proteja os talentos africanos.

Referências bibliográficas

- Abrahamsson, Hans, Nilsson, Anders (1994), *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Maputo: CEGRAF.
- Anderson, Perry (1995), Balanço do neoliberalismo. In Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 09-23.
- Bockam, Johanna (2013), Neoliberalism, *Contexts*, vol. 12, n.º 3, pp. 14-15. [Em linha]. [Consult. 20.ago.2016]. Disponível em: <http://contexts.sagepub.com>.
- Chinweizu (2010), A África e os países capitalistas. In: Mazrui, A. A.; Wodji, C. *História Geral da África, VIII: África desde 1935*, Brasília: UNESCO, p. 1243.
- Darby, Paul (2006), Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial, *Análise Social*, vol. 41, n.º 179, pp. 417-433.
- Domingos, Nuno (2006), Futebol e Colonialismo, Dominação e Apropriação: sobre o Caso Moçambicano, *Análise Social*, vol. 41, n.º 179, pp. 397-416.
- (2009), As Políticas Desportivas do Estado Colonial em Moçambique, *Lusotopie* vol. 16, n.º 2, pp. 83-104.
- Esson, James (2015), You have to try your luck: male Ghanaian youth and uncertainty of football migration, *Environment and Planning A*, vol. 47, pp. 1383-1397.
- Fonseca, Danilo (2015), A África entre a desesperança neoliberal e o “Renascimento Africano”: dívida externa, pobreza e desenvolvimento. *Revista África e Africanidades*, n.º 20.
- Francisco, António (2002), Reestruturação Económica e Desenvolvimento. In: Boaventura.
- Glynn, Andrew (2006), *Capitalism Unleashed: Finance, Globalization, and Welfare*. DOI:10.1093/acprof:oso/9780199226795.001.0001. New York: Oxford Univ. Press.
- Graziano, Alberto, Pessula, Pedro, Tembe, Vicente (2008), *O Passado, o Presente e as Perspectivas para o Desenvolvimento do Desporto em Moçambique*. Maputo: Ciedima, SARL, p. 210.
- Haas, Hein de (2008), *Migration and Development: A Theoretical Perspective*. International Migration Institute, University of Oxford.
- Judt, Tony (2010), *Postwar: A history of Europe since 1945*, London: Vintage.

- Kennedy, Paul (1988), *The Rise and fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, London: Unwin Human Limited, p. 704.
- Mazrui, Ali, Wodji, Cristophe (eds.) (2010), *História Geral da África, VIII: África desde 1935*, Brasília: UNESCO, p. 1243.
- Melo, Lucas Martins S. (2017), O futebol africano na Europa: os casos de Portugal e França como destino migratório de jogadores das suas ex-colónias, *Rev. Cadernos de Campo*, n.º 23, pp. 141-167, jul./dez.
- Melo, Victor (2011), Prática esportiva, cultura e política – diálogos possíveis entre os estudos do esporte, os estudos africanos e os estudos pós-coloniais, *Movimento*, vol. 17, n.º 2, pp. 155-173, abr./jun.
- Melo, Victor, Resende, Fabiana, Palma, Alexandre, Assis, Monique (2011), “A carne mais barata do mercado é a carne negra!": uma reflexão sobre o “design” das camisas da Puma na Copa do Mundo de Futebol/2010, *Rev. bras. Educ. Fis. Esporte*, São Paulo, vol. 25, n.º 2, pp. 313-22, abr./jun.
- Melo, Victor, Bittencourt, Marcelo, Nascimento, Augusto (orgs.) (2010), *Mais do que um jogo: o Esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro: Apicuri, p. 335.
- Nolasco, Carlos (2017), Atletas em movimento: abordagem teórica às migrações de trabalho desportivo, *Motricidades*, vol. 1, n.º 1, pp. 52-64, set.-dez.
- Rodrigues, Cristina (2018), migração, movimento e urbanização em Angola e Moçambique. In: *Desafios para Moçambique 2018*, IESE: Maputo.
- Scherrens, Jonas (2007), The muscle drain of African football players to Europe: trade or trafficking? European Master in Human Rights and Development, pp. 1-70.
- Silva, Daniel Vidinha da, Rigo, Luiz Carlos, Freitas, Gustavo da Silva (2012), Considerações sobre a migração, a naturalização e a dupla cidadania de jogadores de futebol, *Rev. Ed. Fis /UEM*, vol. 23, n.º 3, 3.º trimestre, pp. 457-468. [Em linha]. Disponível em: DOI: 10.4025/reveducfis.v23i3.15381.
- Taylor, Matthew J. (2007), Football, Migration and Globalization: the Perspective of History, *Historical Social Research*, vol. 31, n.º 1, pp. 7-30.
- Tonetti, Claudio (2007), A mídia televisiva em Moçambique e os espaços de discussão sobre o desporto, *Motrivivência*, Ano XIX, n.º 28, pp. 154-163, jul.

